imposição ao patronato e realização na prática de determinadas exigências, etc. São igualmente referenciados os textos de Alain Touraine sobre a evolução do sistema de trabalho e de Serge Mallet sobre a «nova classe operária», a propósito dos comportamentos reivindicativos dos trabalhadores qualificados e dos não qualificados (operários especializados); esta última categoria tem-se mantido relativamente afastada da tradição de lutas operárias, entrando no processo conflitual em anos recentes, juntamente com outras camadas até então marginais: mulheres, emigrantes, trabalhadores de origem rural, empregados, grupos intelectuais que contestam os aparelhos burocráticos e os imperativos produtivistas, etc.

O último capítulo incide sobre temas de formação cultural: a educação anti-autoritária, psicanálise e consciência de classe (com referência a textos de W. Reich), a análise institucional (corrente desenvolvida por R. Lourau e G. Lapassade).

Nas conclusões, os autores voltam a afirmar que a autogestão pode passar da utopia à realidade com a concretização do projecto de emancipação das classes exploradas e dominadas, cabendo às práticas sociais desenvolvidas por estas a clarificação desse modo de transição.

Finaliza o livro uma bibliografia muito completa sobre a história do movimento operário, teorias modernas da autogestão e experiências autogestionárias.

Marinús Pires de Lima

«OS BOLCHEVIQUES E O CONTROLO OPERÁRIO»

BRINTON, Maurice — *Os Bolcheviques e o Controlo Operário,* Porto, Edições Afontamento, colecção «O Saco de Lacraus», 1975, 211 págs.

«Gestão Operária» ou «Controlo Operário» eis o tema já de si actual e polémico que Maurice Brinton se propõe analisar, a partir da experiência histórica da Revolução Russa, no período que medeia entre 1917 e 1921, durante o qual estas questões se transformaram rapidamente num campo de conflito e de luta social e política.

De forma simples e séria, mas não menos «irreverente» (principalmente para os cânones de certo pensamento marxista), Brinton desenterra acontecimentos, posições e decisões políticas, polémicas e lutas sociais até aqui sistematicamente escamoteadas, silenciadas ou esquecidas por quantos a respeito da Revolução Russa construíram mitologias, ou por quantos, de forma *redutora,* se limitaram a reproduzir a versão e o discurso dos «vencedores».

Brinton não pretende fazer «um estudo económico da Rússia de 1917 a 1921», como ele próprio afirma, mas, tão só uma «cronologia selectiva da vida do mundo do trabalho», centrando-se fundamentalmente nas relações entre a classe operária, suas organizações (Comités de Fábrica, Sovietes, Sindicatos) e o novo Estado Soviético e o Partido Bolchevique.

Considera o autor que os problemas surgidos nos primeiros momentos da Revolução Russa «contam-se entre os mais difíceis e os mais importantes (senão mesmo *os* mais difíceis e *os* mais importantes) com que a classe operária jamais se viu confrontada.»

Segundo Brinton, a classe operária fez uma revolução que ultrapassou a simples mudança de pessoal político ao nível de cúpula. As relações de propriedade sofreram transformações profundas (expropriação dos antigos proprietários dos meios de produção).

«Mas até que ponto foi ela capaz de (ou estava disposta a) transformar de modo revolucionário as relações de produção? Procurou ela destruir a estrutura de autoridade que as relações de produção mantêm e perpetuam em todas as sociedades de classes? Até que ponto estava disposta a gerir ela própria a produção (e portanto a sociedade no seu conjunto) ou até que ponto tenderá ela a delegar a outros essa tarefa? E até que ponto a ideologia dominante triunfou, pressionando a classe operária a substituir os seus inimigos confessos por um partido que declarava falar «em seu nome?». — Eis algumas das questões a que Brinton tentará dar resposta ao longo da sua «cronologia».

Duas premissas teóricas informam o seu trabalho. *Uma*, a de que as «relações de produção» («relações que se estabelecem entre as pessoas ou grupos no processo de produção dos bens») constituem os fundamentos essenciais de qualquer sociedade. Relações estas que nas sociedades de classes se exprimem pela separação entre o produtor e os meios de produção e os produtos do seu trabalho.

Outra, a de que as «relações de propriedade» podem sofrer alterações profundas (estatização ou socialização dos meios de produção) sem que tais alterações provoquem ou signifiquem necessária e automaticamente uma transformação das «relações de produção».

Aqui se entronca a questão da «gestão operária» e do «controlo operário». Da adopção de um ou outro modelo depende, segundo Brinton, a própria revolucionarização das «relações de produção». Para Brinton não é indiferente falar de «gestão» ou de «controlo».

A noção de *controlo* tem implícita a ideia de «supervisionar, inspeccionar ou verificar as decisões tomadas por outrém», por uma instância exterior ao próprio processo produtivo (Estado, Partido ou qualquer outro organismo), perpetuando-se assim «a separação entre os produtores e os meios de produção».

Ao contrário, a noção de *gestão operária* aponta para a dominação total e completa do processo produtivo pelos produtores. É a classe operária, o conjunto dos trabalhadores que, através de órgãos com os quais se identifica e sobre os quais tem a possibilidade de exercer o seu domínio (eleição e revogabilidade dos seus membros), toma todas as decisões fundamentais, isto é: «o que deve produzir, de que modo, a que preço, à custa de quem».

É sob estes dois ângulos que Brinton irá abordar a Revolução Russa.

Por um lado, demonstrar que a Revolução Russa ficou a meio (e ainda ou já dentro do período de 17 a 21). A classe operária conseguiu destruir a supremacia política da burguesia, ao destruir a sua base económica, a propriedade privada dos meios de produção, «mas não conseguiu (a despeito de esforços heróicos nesse sentido) transformar as relações de produção autoritárias que caracterizam todas as sociedades de classes».

À revolucionarização das relações de produção, não se opõem só os diferentes sectores da burguesia e suas respectivas forças políticas, inclusive mencheviques (para quem todas as iniciativas dos trabalhadores no campo da gestão da produção foram consideradas «anarquistas» e «utópicas»), mas também, segundo Brinton, o próprio Partido Bolchevique, com as suas

concepções excessivamente centralistas, estatistas, burocráticas e autoritárias.

Por outro lado, demonstrar que o «controlo operário», tal como foi definido e entendido pelo Partido Bolchevique e cuja prática dominante se impôs (para a qual jogou também a própria fraqueza interna do movimento dos comités de fábrica), não só não proporcionou o desenvolvimento do poder efectivo dos trabalhadores na produção (i. e. *a gestão operária da produção*) como ainda foi criando muralhas de vária ordem à efectivação desse poder: primazia dada aos órgãos centrais económicos estatais ao nível de todas as decisões, consequente perda de autonomia e de poder dos comités de fábrica, num primeiro momento, e dos sindicatos, num segundo momento; o fim da gestão colectiva e sua substituição pela «direcção de um só indivíduo»; a militarização do trabalho com tudo o que ela implica ao nível do reforço de relações autoritárias e hierárquicas; a adopção da técnica capitalista e do «taylorismo»...

Ao longo da sua «cronologia selectiva», Brinton faz referências e trata alguns dos documentos mais importantes deste e sobre este período — relatórios dos Congressos e Conferências dos Comités de Fábrica, Sovietes, Sindicatos, Partido Bolchevique; documentos sobre controlo operário emanados dos Comités de Fábrica; decretos referentes ao controlo operário, à estruturação dos organismos económicos, à organização industrial; textos e intervenções de Lenine e Trotsky como de outros não menos importantes «leaders» do movimento operário russo, bolcheviques e de outras formações e correntes políticas.

Brinton vai-nos proporcionando informações importantes sobre a actividade e estrutura dos *Comités de Fábrica;* sobre o seu processo de marginalização a favor do *aparelho sindical* e a polémica que tal marginalização provocou; sobre alguns dos problemas com que se debatem os Comités de Fábrica em relação à *gestão industrial;* sobre os Sindicatos, suas funções e relações com o aparelho de Estado e o Partido; sobre as medidas de *centralização* das decisões económicas; sobre o evoluir das posições de Lenine e de Trotsky a respeito da direcção e organização do trabalho fabril; sobre a resistência e luta que certos sectores operários e intelectuais, dentro e fora do Partido Bolchevique, vão opondo às medidas antipoder operário.

Ao texto de Brinton não pode ser dado um estatuto de análise global das relações sociais na Rússia de 1917 a 1921, tal como, aliás, não era a sua intenção. No essencial, é um texto que põe muitas questões e dá poucas respostas aos problemas levantados por uma revolução. É exactamente nas questões que formula que reside o seu mérito.

Fátima Patriarca

«INTERNATIONAL TRADE»

BHAGWATI, J. (organizador) — *International Trade,* Londres, Penguin Books, 1972.

A chamada teoria pura do comércio internacional, um dos ramos mais antigos da teoria económica, estuda as causas do comércio entre as